

MARIA GRAHAM E A INFLUÊNCIA BRITÂNICA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Isadora Eckardt da Silva*

Resumo

O presente artigo pretende mostrar como, no século XIX, o poderio da Inglaterra com relação a Portugal e ao Brasil pode ser percebido em *Diário de uma viagem ao Brasil*, relato de viagem escrito pela inglesa Maria Graham quando ela esteve na América do Sul entre os anos de 1821 e 1823. Para isso, primeiro mostrarei como essa grande influência britânica se configurou, para, logo após, apresentar as posições da autora que demonstram indícios da presença desse poder ao longo de sua narrativa, especialmente no que concerne ao processo de Independência do Brasil.

Palavras-chave: Maria Graham. Inglaterra. Independência do Brasil. Literatura de Viagem.

Apesar da chegada dos portugueses ao Brasil ter sido considerada um grande acontecimento na Europa de então, não se deu muita importância a esta terra durante um bom tempo, por não terem os europeus a exata dimensão das riquezas e vantagens que o nosso país poderia oferecer. As primeiras tentativas de Portugal de organizar a nova colônia só se deram três décadas depois da chegada de Cabral, com o sistema das Capitânicas Hereditárias. Não tendo isso dado certo, em 1549 a Metrópole decide centralizar a administração da colônia, instaurando um governo geral com capital na cidade de Salvador.

Para começar a tirar vantagem de sua imensa colônia, a política da Metrópole consistia em incentivar a exportação em grande escala de uns poucos produtos, usando grandes propriedades para produzi-los. Neste ponto encontra-se a origem dos latifúndios no Brasil, pois, se a produção em larga escala para exportação era o objetivo, pequenos proprietários não eram bem-vindos. Trabalhadores assalariados também não o eram, pois, ao quererem tentar uma vida melhor, seus interesses provavelmente iriam contra os da Coroa. Daí a preferência pelos escravos para trabalharem nos latifúndios (Cf. Boris Fausto).

Portugal resolve adotar uma política mercantilista que implicava ampla intervenção do Estado, instaurando as seguintes medidas: estocar metais preciosos, reduzir a entrada de manufaturas estrangeiras, facilitar a entrada de matérias-primas, reduzir a saída de matérias-primas produzidas no Brasil e aumentar a exportação de manufaturas. Boris Fausto, em sua *História do Brasil*, explica detalhadamente esse sistema:

Tanto a prática como a teoria partiam do princípio de que não há ganho de um Estado sem prejuízo de outro. Como alcançar o ganho? Atraindo para si a maior quantidade possível de estoque mundial de metais preciosos e tratando de retê-lo. Isso deveria ser alcançado por uma política de proteção dos produtos do país através de uma série de medidas: reduzir pela tributação elevada, ou proibir a entrada de bens manufaturados estrangeiros e facilitar o ingresso de matérias-primas; inversa-

* Mestranda em Teoria e História Literária/Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP; Licenciada em Letras/Instituto de Letras, UFRGS. Orientador: Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel. isadora_eckardt@hotmail.com.

mente, proibir a saída de matérias primas produzidas no país e estimular a exportação de manufaturados quando estes concorressem vantajosamente no mercado internacional.

Pelo conjunto de medidas, verifica-se que a política mercantilista pressupunha uma ampla intervenção do Estado, seja assumindo diretamente certas atividades econômicas, seja criando condições favoráveis a determinados grupos para alcançar os objetivos visados (FAUSTO, 2007, p. 55).

Para levar essa política mercantilista a cabo, os portugueses precisavam afastar os estrangeiros do Brasil, até porque eles queriam que esta imensa colônia desse lucros somente para a Metrópole, e não para outros países. No entanto, a Coroa Portuguesa não conseguia afastá-los, pois, apesar de ser a pioneira na expansão marítima, Portugal não tinha condições financeiras de manter o monopólio do comércio colonial e acabava precisando de ajuda estrangeira.

Assim, ao longo do século XVII, Portugal foi levada a deixar a Inglaterra tirar vantagens do Brasil, por precisar de sua proteção política. A Inglaterra dava essa proteção e em troca os portugueses ofereciam privilégios comerciais em seu mercado. Já em 1654, os dois países firmam o Tratado de Cromwell, o qual garantia aos ingleses o direito de negociar com o Brasil.

Durante o século XVIII, com a descoberta dos metais preciosos em Minas Gerais, a Inglaterra enriqueceu muito à custa do Brasil. Portugal já devia muito dinheiro aos britânicos, e esses metais aliviaram momentaneamente as dívidas. Economicamente, Portugal era muito inferior à Inglaterra, pois enquanto aquele era um país essencialmente agrícola, este último já era um país em franco processo de industrialização. Boris Fausto explica essa marcha dos ingleses rumo ao domínio do comércio português dizendo que, de fato,

os metais preciosos vieram aliviar momentaneamente os problemas financeiros de Portugal. Na virada do século XVIII, a dependência lusa com relação à Inglaterra era um fato consumado. Para ficar em um exemplo apenas, o Tratado de Methuen, firmado pe-

los dois países em 1703, indica a diferença entre um Portugal agrícola, de um lado, e uma Inglaterra em pleno processo de industrialização, de outro. Portugal obrigou-se a permitir a livre entrada de tecidos ingleses de lã e algodão em seu território, enquanto a Inglaterra comprometeu-se a tributar os vinhos portugueses importados com redução de um terço do imposto pago por vinhos de outras procedências. É bom lembrar que a comercialização do vinho do Porto estava nas mãos dos próprios ingleses (Idem, p. 98-99).

O poderio inglês só aumentava e o sistema colonialista de outros países não era interessante para os britânicos porque não ajudava no desenvolvimento do comércio. Com o advento da Revolução Industrial, a Inglaterra entabulou um incrível desenvolvimento industrial, agrícola e comercial, controlando o comércio internacional. Essa nação virava a maior potência mundial de então, impondo o livre comércio e o fim do mercantilismo, apesar de protegerem seu próprio mercado. A Inglaterra também era contra a escravidão, pois ela queria ampliar seus mercados consumidores e escravo não possui poder aquisitivo para comprar. Além do mais, com a Revolução Industrial, os ingleses passaram a ter ainda mais produtos para vender. Boris Fausto explica o crescimento do poder britânico e suas conseqüências apontando que

ocorria na Inglaterra uma revolução silenciosa, sem data precisa, (...) que ficou conhecida como Revolução Industrial. A utilização de novas fontes de energia, a invenção de máquinas, principalmente para a indústria têxtil, o desenvolvimento agrícola, o controle do comércio internacional são fatores que iriam transformar a Inglaterra na maior potência mundial da época. Na busca pela ampliação dos mercados, os ingleses impõem ao mundo o livre comércio e o abandono dos princípios mercantilistas, ao mesmo tempo que tratam de proteger seu próprio mercado e o de suas colônias com tarifas protecionistas. Em suas relações com a América espanhola e portuguesa, abrem brechas cada vez maiores no sistema colonial, por meio de acordos comerciais, contrabando e aliança com os comerciantes locais (Ibidem, p. 108).

Ao mesmo tempo em que os britânicos se tornavam cada vez mais poderosos, Portugal, por ser um país

atrasado, dependia da proteção deles diante de França e da Espanha. Então, no início do século XIX, quando Napoleão guerreava contra a Inglaterra, ele bloqueou o comércio desta com o continente, e como Portugal representava uma abertura nesse bloqueio, os franceses invadiram o território luso. Esse fato não deixou outra saída para a Família Real Portuguesa a não ser fugir para o Brasil, sob a proteção da marinha inglesa.

Após a vinda da Família Real para o Brasil, uma das primeiras grandes vantagens que a Inglaterra conquistou foi a abertura dos portos para as nações amigas, que era, na verdade, a abertura para os ingleses, pois como o território metropolitano estava tomado pelos franceses, não era possível fazer comércio por lá. Era preferível então que Portugal legalizasse o contrabando inglês e recebesse os impostos. Os britânicos ganharam grandes vantagens no comércio com essa abertura, já que pelo porto do Rio de Janeiro eles puderam vender seus produtos manufaturados no Brasil, bem como enviá-los para o Rio da Prata e para a costa do Oceano Pacífico.

Enquanto isso, Metrôpole e Colônia se desentendiam cada vez mais, pois mesmo com a vinda da Família Real para cá, a Coroa continuava sendo portuguesa, favorecendo aos portugueses, e não aos brasileiros. Em 1820, Portugal exige o retorno de Dom João VI, ao que esse acaba aquiescendo a fim de não perder seu trono. Em 1821, Portugal começa a exigir o retorno de Dom Pedro I também, ao que esse acaba resistindo, tornando a independência brasileira algo cada vez mais inevitável. Portugal via sua maior colônia lhe escapar por entre os dedos, e a situação se tornava cada vez mais tensa:

Entre fins de setembro e outubro de 1821, novas medidas tomadas pelas Cortes fortaleceram no Brasil a opção pela independência, até aí apenas esboçada. Decidiu-se transferir para Lisboa as principais repartições instaladas no Brasil por Dom João VI, destacaram-se novos contingentes de tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco e, ponto decisivo, determinou-se a volta para Portugal do príncipe regente.

O “partido brasileiro” concentrou seus esforços no objetivo de conseguir a permanência de Dom Pedro no Brasil. A decisão do príncipe de ficar no país, solenizada no “dia do fico” (9 de janeiro de 1822), representou a escolha de um caminho sem retorno (Ibidem, p. 132).

Exatamente neste momento conturbado da história brasileira, a viajante inglesa Maria Graham chega ao Brasil, mais precisamente no dia 21 de setembro de 1821, quando o navio da marinha de guerra britânica em que viajava aporta na cidade do Recife. Em *Diário de uma viagem ao Brasil*, Graham registra a sua estada em nosso país nos anos de 1821, 1822 e 1823, e, neste texto, é possível ver reflexos do contexto brasileiro da época, bem como da grande influência que a Inglaterra exercia no cenário histórico, considerando que o ponto de vista da narradora é britânico.

Esse ponto de vista já se manifesta na introdução do livro, pois, como a Europa tem notícia do Brasil desde 1500, Graham só chega aqui em 1821, e, em momento tão movimentado, apresenta uma introdução explicando toda a história brasileira desde a chegada dos portugueses até a sua própria chegada em Recife, a fim de que seus leitores entendam melhor os episódios que ela narra em seu relato.

De acordo com Boris Fausto, na introdução de sua *História do Brasil*, quando alguém vai escrever História, o recorte do passado e a seleção dos dados e fatos a serem relatados têm a ver com o ponto de vista de quem escreve. Sendo assim, deve-se levar em consideração o fato de que, para escrever a introdução histórica de seu livro, Maria Graham se baseou no livro *History of Brazil*, de Robert Southey, ninguém menos que um historiador inglês.

Ao longo desse preâmbulo histórico, pode-se notar a intenção de mostrar o quão desastrosa e incompetente era a administração lusa da colônia. Essas críticas aparecem de várias formas, mencionando diferentes problemas do sistema, tais como: rivalidades entre os próprios por-

tugueses, o que dificultaria a organização da colônia; falta de moral e religião neste território; dificuldades para Portugal governar o Brasil à distância; problemas causados pelo sistema escravagista, o qual os portugueses insistiam em adotar; incompetência dos governantes locais; toda a insatisfação do povo brasileiro em face a esta má administração, e seu consequente desejo de independência; uso abusivo de Portugal do dinheiro dos cofres brasileiros; isso só para citar alguns exemplos.

De acordo com essa introdução, a grande dificuldade dos portugueses em administrar com eficiência as diferentes províncias do Brasil advinha da grande distância entre o polo que emitia as ordens (Portugal) e o polo que deveria cumpri-las (Brasil), bem como a corrupção dos governantes. Com tamanha distância da Metrópole, em princípios do século XVIII, os governadores acabavam tendo que resolver muitos problemas por conta própria, o que lhes dava muito poder e os tentava a serem desonestos:

Um mal, porém, affigia o Brasil em geral: o poder ao mesmo tempo demasiado e deficiente dos governadores. Tinham poder demasiado se se considera que qualquer recurso dependia deles, mas, em compensação, dispunham de autoridade deficiente desde que eram absolutos até o fim do governo. Estavam, também, virtualmente isentos de qualquer responsabilidade. Os ensejos, vale dizer, as tentações de extorquir eram quase irresistíveis. Enfim, para coroar tudo, a administração corrupta das leis emparelhava com os vícios e a corrupção do governo. Era em vão que se faziam os mais sábios regulamentos e se expediam os mais justos decretos (GRAHAM, 1956, p. 34).

Tais problemas, conseqüentemente, levavam os brasileiros a uma profunda insatisfação com a administração lusa. Conforme esse preâmbulo, os brasileiros ansiavam e precisavam ficar independentes de Portugal, pois, além de toda a desorganização, a Metrópole causava cada vez mais problemas ao explorar os recursos financeiros da colônia de maneira extremamente abusiva, provocando grande falta de dinheiro. Os impostos só aumentavam, os salários de civis e militares não eram pagos em dia e os governadores que tentavam ir ao Rio

de Janeiro para fazer suas reclamações eram mandados de volta a seus postos, sem conseguirem fazer nada. Ao narrar alguns fatos referentes ao ano de 1815, Graham comenta o seguinte:

No mesmo ano parece ter havido algumas demonstrações de descontentamento, ou suspeitas disso, nas províncias. Muitos dos salários dos funcionários, tanto civis quanto militares, não estavam sendo pagos; contudo, eram feitas cobranças, tanto mais opressivas, quanto irregulares, em cada departamento. A administração da justiça era notoriamente corrupta; o clero caíra em desordem e descrédito. Apesar de muita coisa útil ter sido feita, muito fora esquecido, especialmente nas províncias distantes, e havia uma tal dose de descontentamento que vários oficiais que haviam vindo ao Rio, quer por interesses particulares, quer para queixar-se de erros do governo, tiveram ordem peremptória de voltar aos postos (Idem, p. 61).

Ainda levando em consideração o fato de que tanto Maria Graham quanto o autor em que ela se baseia para produzir esse preâmbulo histórico (Robert Southey) são ingleses, veremos um outro aspecto interessante do texto porque, evidentemente, o interesse dos britânicos em ajudar Portugal e Brasil é mostrado de uma maneira amistosa, e a Inglaterra aparece como uma nação bondosa e fiel a seus aliados.

Quando a narradora discorre sobre as hostilidades entre França e Portugal em 1806, por exemplo, ela menciona o empenho da Inglaterra em proteger os portugueses dos franceses, não sem deixar de frisar o lado humanitário dos britânicos, sempre preocupados com o bem das nações. Na situação de então, os ingleses apresentavam a Portugal algumas opções de medidas a serem tomadas perante a França, tais como ajuda de dinheiro, de víveres e até mesmo de homens da Inglaterra para defender o território português. Uma outra possível providência a ser tomada era a ida da Família Real para o Brasil, sob a proteção da marinha inglesa. Caso nenhuma dessas opções de ajuda fossem aceitas por Portugal, os ingleses se veriam “forçados” a tomar uma outra atitude:

Se, contudo, Portugal insistisse em rejeitar o auxílio inglês em qualquer caso, as tropas do General Simcoe deveriam desembarcar e ocupar as fortalezas do Tejo. A esquadra entraria pelo rio e apossar-se-ia dos navios e vasos de guerra portugueses, *tomando o cuidado de convencer ao governo e ao povo de que isto se fazia para o bem da nação e nunca com o fim egoísta de engrandecimento por parte da Inglaterra* (grifo meu) (Ibidem, p. 44).

Não tendo alternativa, os portugueses acabam aceitando a proteção inglesa e, ao invés de continuarem em seu território lutando contra os franceses, optam por transferirem a corte para o Brasil, realizando a sua partida sob a proteção da marinha britânica. Lorde Strangford, um dos membros da esquadra inglesa que tomou parte nessa operação, escreve um despacho contando como foi a partida da Família Real. É interessante notar como ele apresenta uma relação amigável entre os dois países em questão (Portugal e Inglaterra), e mostra a sua nação como protetora dos oprimidos, e não como um país interessado nas vantagens que Portugal pode oferecer: um porto na América do Sul para favorecer seu comércio ou simplesmente o dinheiro que ganham à custa deste país ao lhe oferecer proteção:

Na manhã de 29, a frota portuguesa saiu barra fora com Sua Alteza Real o Príncipe do Brasil e toda a família real de Bragança a bordo, juntamente com muitos de seus fiéis conselheiros e aderentes, bem como outras pessoas solidárias com sua atual fortuna. Esta frota composta de oito naus de linha, quatro fragatas, dois brigues e uma escuna, com uma multidão de navios mercantes bem armados, colocou-se debaixo da proteção de Sua Majestade, *enquanto as salvas das saudações recíprocas de vinte e um tiros anunciavam o amigável encontro daqueles que, ainda na véspera, estavam em termos de hostilidade. O espetáculo era impressionante para todas as testemunhas (exceto para os franceses, nas montanhas), presas da mais viva gratidão à Providência, por ver que ainda existia um poder no mundo capaz e decidido a proteger os oprimidos* (grifo meu) (Ibidem, p. 48 e 50).

Tendo em vista os trechos da introdução de Maria Graham até aqui citados, pode-se ver o contexto histórico da época refletido no texto, pois o tom de crítica

aos portugueses que o permeia e também o insistente empenho da Inglaterra em proteger Portugal mostram os interesses ingleses naquele momento. Eles consistiam basicamente em ter acesso ao mercado e aos portos brasileiros a fim de expandir suas relações comerciais. Ora, quanto mais os britânicos estivessem próximos dos portugueses, mais próximos estariam do Brasil, e quando este conseguisse se tornar independente, eles sequer precisariam de Portugal para terem acesso às vantagens que o território brasileiro podia lhes oferecer. Daí os autores britânicos terem a posição de apontar a administração lusa do Brasil como deficiente, o que levava à necessidade de independência, e também velar o fato de que toda a bondade inglesa ao ajudar Portugal não passava de interesse político.

Boris Fausto aponta para as referidas vantagens que a Inglaterra levaria ao ter livre acesso ao território brasileiro, já que esse país era o seu terceiro mercado externo. Ele afirma que o Brasil não estaria independente de fato, pois ele apenas passava de dependência inglesa via Portugal para dependência direta da Inglaterra.

Portanto, à medida que o Brasil se desvencilhava de Portugal, o foco do apoio inglês saía dos portugueses e ia para os brasileiros. O navio da marinha de guerra britânico, a fragata Dóris, na qual Maria Graham viajava, provavelmente era parte dessa ajuda dirigida ao Brasil. Como veremos adiante, no relato dessa viajante, há diversos indícios mostrando que as posições da narradora estavam em concordância com os interesses da Inglaterra de então, apesar de em alguns momentos ela afirmar que a tripulação do navio tinha instruções para observar com estrita neutralidade.

No que concerne ao propósito da viagem da fragata Dóris, Graham não entra em muitos detalhes, dizendo apenas que viajavam a trabalho, a fim de proteger os ingleses residentes no Brasil em meio às revoltas políticas que ocorriam nas províncias naquele momento. Eles ofereciam o seu navio para hospedar os ingleses

nos momentos mais violentos das revoltas, ou apenas para guardar seus bens de valor, pois, nas cidades onde os revolucionários estavam em guerra, os saques às casas eram muito temidos.

Em outubro de 1821, quando a fragata ainda estava ancorada em Recife, Graham explica mais detalhadamente em que consistia a proteção oferecida aos ingleses, dizendo que, como o governo lhes recomendava observarem com estrita neutralidade com relação a questões políticas, eles deveriam oferecer proteção pessoal aos seus patrícios, e nada mais. Ela teve acesso a um manifesto da Junta Provisória de Pernambuco dirigido aos patriotas de Goiana, os quais estavam em guerra contra o governo português. De acordo com a narradora, esse documento

insinuava também que contava com o apoio das fragatas inglesas e francesas fundeadas ali, e que tal assistência tinha sido oferecida para proteger as propriedades inglesas e francesas na cidade. Sei agora que tal assistência não foi prometida pela fragata inglesa. Fora solicitada, mas o governo recomendara a mais estrita neutralidade. Recusou-se, assim, toda interferência e não se prometera mais que a proteção *pessoal* tanto a ingleses como a franceses e portugueses; conseqüentemente, a proteção à propriedade inglesa era a missão da fragata ali, e isso estava naturalmente compreendido por todos os partidos (Ibidem, p. 124).

Com relação ao seu lugar na tripulação do navio, a viajante diz que veio porque acompanhava seu marido, o capitão Thomas Graham, e também porque era professora de Literatura da turma de guardas-marinha a bordo. Segundo ela, esses rapazes estudavam a fim de se tornarem oficiais e trabalharem na marinha. Sobre essa escola organizada a bordo, ela diz o seguinte:

nossa escola para os rapazes de bordo está agora bem organizada, com grande honra para o Sr. Hyslop, nosso mestre-escola. A dos guardas-marinha vai muito bem; funciona na cabine da frente, às vistas do comandante. A presença deste é não somente uma ameaça à vadiação e ao barulho, mas um incentivo ao esforço. Ele está muito ansioso por torná-los aptos a serem oficiais e homens do mar capazes e bons cavalheiros, tanto no mar quanto em terra. Felizmente todos dão grandes esperanças (Ibidem, p. 98).

Os trechos acima citados dão conta apenas do que Maria Graham fala explicitamente em seu relato sobre seus propósitos na viagem, mas pode haver muito mais por trás disso se levarmos em consideração vários aspectos da narrativa e do contexto histórico daquela época. Uma das coisas que chama a atenção é a importância dada à presença de Maria no Brasil, pois não apenas ela como também os demais membros da tripulação era muito bem vindo em território brasileiro, e era tratado com muita consideração pelo governo.

Ser inglês, naquele momento, parecia ser algo muito importante, e dava acesso a privilégios especiais por aqui. Em fins de 1821, por exemplo, quando a cidade do Recife estava toda em estado de sítio, os ingleses tinham livre trânsito por entre as barreiras que circundavam a cidade. Graham relata um passeio que ela e alguns membros da tripulação do navio fizeram aos seus arredores, e que eles até temiam terem problemas para passarem por algumas das barreiras de segurança. Porém, bem pelo contrário, ela conta que, ao voltarem do passeio, foram

interpelados em todos os postos, mas as palavras *amigos inglesos [ingleses]* eram o nosso passaporte, e voltamos ao Recife quando os negros e mulatos nas ruas cantavam, áspera e pouco musicalmente, as *ave-marias* (Ibidem, p. 116).

Além de terem livre passagem por vários lugares, os ingleses também eram tratados com a mais alta consideração pelos governantes daqui. Em Pernambuco, por exemplo, quando Maria Graham e alguns de seus companheiros de viagem realizavam um passeio pelos arredores de Recife, eles foram até a praça do palácio (o governo de oposição a Luís do Rego, o governador português naquele momento, estava se reunindo para resolver questões referentes às lutas civis de então), e ela foi convidada pelo próprio governador de oposição a estar presente na reunião. Isso é espantoso não somente pelo fato de ela ser estrangeira, mas também pelo fato

de ser mulher, dadas as restrições que o seu sexo sofria naquela época. De qualquer forma, uma carta seria lida na referida reunião e os políticos exigiram a presença dela para começarem a sua leitura:

Informaram-me amavelmente que não leriam a carta enquanto eu estivesse esperando fora, mas logo que se sentaram o secretário leu-a alto. Em vez de tomar qualquer conhecimento do conteúdo, o secretário começou um longo discurso, expondo a injustiça do governador português e do governo em relação ao Brasil em geral e aos pernambucanos em particular; para resistir a esta injustiça haviam eles formado o presente e respeitável governo, em face da junta, sem intenção de provocar o menor detrimento dos direitos do rei; certamente não poderiam ser chamados de rebeldes, já que marchavam sob a bandeira real de Portugal (Ibidem, p. 129).

Dada a grande influência que a Inglaterra exercia no contexto de então, a referida junta de governo, além de fazer questão da presença dos ingleses em sua reunião, também os bombardeou com perguntas. Segundo a narradora, a junta estava ansiosa por saber se a Inglaterra reconhecera a independência brasileira e se ela tomara alguma posição nessa luta.

Um outro ponto que leva a crer que os ingleses eram muito bem-vindos por aqui foi o fato de Maria Graham ter travado estreita amizade com a Família Real, mais precisamente com a Imperatriz Dona Leopoldina. Por ter ficado viúva durante a viagem, ela escreve uma carta à Imperatriz pedindo-lhe proteção:

Quanto a mim, embarquei com meu marido em busca do Pacífico na fragata *Dóris*, que ele tinha a honra de comandar. Tive a infelicidade de ficar viúva e sou hoje uma estrangeira no Brasil, onde espero passar alguns meses antes de voltar à Europa. É, pois, como estrangeira e como viúva que queria colocarme especialmente sob a proteção de sua Augusta e Amável Imperatriz.

Tendo a honra de ser sua humilde e obediente criada (Ibidem, p. 274).

A Imperatriz oferece tal proteção, ficando amiga da narradora, que passa a visitá-la em sua residência,

então no Palácio de São Cristóvão. Tanto os laços entre as duas se estreitam que Graham é inclusive convidada pela Imperatriz a voltar ao Brasil em 1824, para ser professora da princesa Maria da Glória.

Um aspecto importante que também demonstrou a influência dos ingleses no Brasil foi a ajuda que eles deram para formar as tropas brasileiras que expulsaram as tropas portuguesas do país. Uma das peças centrais no comando destas tropas foi o inglês Lorde Cochrane, amigo pessoal de Maria Graham. Boris Fausto, ao falar na consolidação da independência brasileira, aponta para a importância do Lorde:

A consolidação da Independência se deu em poucos anos, mas isso não se fez sem alguns conflitos militares relativamente graves. Os brasileiros favoráveis à Independência reuniram forças consideráveis para lutar contra as tropas portuguesas que aqui estavam desde a vinda da família real, em 1808. Papel importante na mobilização das tropas brasileiras foi desempenhado por comandantes europeus (...).

Outro comandante europeu importante na consolidação da Independência foi Lorde Cochrane, contratado pelo imperador para enfrentar a esquadra lusa (FAUSTO, 2007, p. 143).

Não só os feitos de Cochrane mas também a ajuda que os britânicos deram para a formação da marinha brasileira aparecem ao longo do texto de Graham. Ela mesma relata que, quando o governo do Rio de Janeiro chegou à conclusão de que era preciso uma força naval para defender o país de ataques portugueses e livrar a Bahia do inimigo luso, eles acionaram agentes do governo na Inglaterra a fim de mobilizar oficiais e marinheiros para as tropas.

Dentre todas as convocações para se formar a esquadra brasileira, Graham menciona o convite feito pelo governo brasileiro a Lorde Cochrane para comandá-la. Também aparece em seu relato uma conversa com um oficial de um barco do Rio de Janeiro que mostra como Cochrane era importante e famoso naquela época. Assim que o oficial teve uma oportunidade, fez-lhe per-

guntas sobre o Lorde e quando soube que ele estava a bordo, correu para cumprimentá-lo:

Depois de me contar tanta coisa o oficial passou a interrogar-me por seu turno: - Vinha eu do Chile? Conhecia Lorde Cochrane? Vinha ele para o Rio? Porque todos os olhos se voltavam para ele. Quando ele soube que o Lorde estava realmente a bordo, voou para sua cabine e suplicou-lhe que lhe permitisse beijar-lhe as mãos. Depois arrebatou o chapéu e, dizendo ao capitão que fizesse o que bem entendesse e ancorasse onde quisesse, sem cerimônia, saltou fora para ser o primeiro, se possível, a levar ao Imperador esta agradável notícia (GRAHAM, 1956, p. 243).

A situação da Inglaterra daquela época também pode ser percebida em duas posições de Maria Graham em seu texto, as quais estão em consonância com os interesses britânicos de então: o apoio que ela dá à independência do Brasil e as suas críticas ferrenhas à escravidão, que, aliás, já aparecem no preâmbulo histórico de seu diário. Nesse preâmbulo, as ideias da autora são baseadas no ponto de vista de Southey, no entanto, no diário, segundo ela, seus pontos de vista são baseados no que ela viu com seus próprios olhos. Essas duas ideias centrais (apoio à independência e repúdio à escravidão) permeiam todo o texto, direta ou indiretamente.

Conforme já dito, para a Inglaterra, a escravidão não era interessante porque não cooperava com seus interesses econômicos. Entretanto, Graham, nas dezessete vezes em que critica a escravidão abertamente ao longo das mais de trezentas páginas de seu diário, não menciona tais interesses uma única vez. Seu ataque a esse sistema é estritamente pelo seu aspecto cruel e desumano. Ela transmite de maneiras diferentes para sua narrativa o choque perante a escravidão, tais como quando fala dos mercados de escravos nas cidades, os senhores que maltratam seus empregados, os escravos velhos que são abandonados à própria sorte e acabam morrendo ao relento, as reclamações dos senhores quanto à imoralidade de seus empregados (segundo Graham, o próprio sistema deturpa a índole dos negros, transformando-os em

más influências, o que explicaria essas reclamações), as atrocidades ocorridas nos navios negreiros e até mesmo a escravidão dos índios.

As descrições que Graham faz dos mercados de escravos são ao mesmo tempo cruas e apaixonadas. A autora se diz profundamente comovida com aquilo que vê, mas faz questão de descrevê-lo em detalhes, transmitindo para o seu leitor a sensação de choque que ela sente ao visitar tais lugares. Quando narra a sua visita ao Valongo, o mercado de escravos do Rio de Janeiro, ela fala no triste estado dos negros postos à rua para serem vendidos, abatidos e com sinais de doenças, além de apontar para um grupo de escravos que eram adolescentes, senão ainda crianças, e que já estavam à venda:

Vi hoje o Val Longo [Valongo]. É o mercado de escravos do Rio. Quase todas as casas dessa longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rentes às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos (GRAHAM, 1956, p. 254).

Sendo britânica, Maria Graham é não só contra o sistema escravagista, mas também apoia abertamente a independência do Brasil ao longo de todo o seu relato. Sua posição pró-independência (além de já figurar na introdução) aparece nas primeiras páginas do diário, quando ela ainda está na ilha de Tenerife, a caminho do Brasil. Observando a decadência de algumas casas da ilha, ela diz que, sendo Portugal uma nação pobre naquele momento, não tem condições de cuidar de suas possessões estrangeiras, as colônias. Ela ainda termina o parágrafo sutilmente, apontando que a única impressão de prosperidade que se pode ter na ilha é ao se observar as casas de campo inglesas:

Esta ilha, ou, ao menos, a parte que visitei, pertence evidentemente a uma nação que foi grande outrora, mas está atualmente pobre demais para impulsionar suas possessões estrangeiras. Algumas belas casas iniciadas estão inacabadas e parecem assim estar há anos. Outras, ainda que em ruína, nem foram reconstruídas nem reparadas. As únicas cousas que dão a impressão de prosperidade atual são as casas de campo inglesas (Idem, p. 95).

Ao falar da falta de condições de Portugal para cuidar de suas colônias, a viajante justifica a necessidade de independência mostrando diversos problemas que isso causa ao Brasil, tais como as revoltas nas províncias ocasionadas pela insatisfação dos brasileiros perante um governo deficiente. Quando passa por Salvador, em fins de 1821, a cidade estava em clima tenso, com situação política indefinida, e como as ordens ainda vinham de Lisboa, os partidos opostos estavam à espera das decisões vindas de lá. Ela comenta sobre os problemas de se ter um governo tão distante, o que atrapalhava os brasileiros:

Parece, contudo, mais que impossível que as coisas fiquem como estão. A extrema inconveniência de ter tribunais superiores de justiça a uma distância como Lisboa torna-se cada vez mais sensível, à medida que o país cresce em população e em riqueza. Os deputados às Cortes estão muito distantes de seus constituintes para serem orientados em suas deliberações por eles, e o estabelecimento de tantas juntas de governo, cada qual responsável somente perante as Cortes, poderá ser a causa de desordem interna, se não de guerra civil em tempo não distante (Ibidem, p. 165-166).

Não só a Bahia estava em situação tensa, mas outras províncias também, como Pernambuco, por exemplo. Havia aqueles que apoiavam a administração lusa e estavam contra Dom Pedro I, por estarem insatisfeitos com seu governo. Ora, esse tinha problemas para atender aos pedidos do povo por estar sem dinheiro, o qual era tirado justamente pelo governo português. Havia, por outro lado, quem apoiasse o governo de Dom Pedro I e, conseqüentemente, a independência do Brasil. As revoltas se davam por conta de desentendimentos entre esses dois partidos.

Graham discorre sobre a insatisfação dos brasileiros em várias passagens de seu texto, muitas vezes mostrando a independência de Portugal como a melhor saída para o nosso país. Dentre os vários problemas apontados pela autora, um deles é a maneira abusiva como Portugal explorava o Brasil, pegando para si remessas e mais remessas de dinheiro. Uma das instituições que a Metrópole explorava muito em sua colônia era a Igreja, o que, segundo Graham, era motivo de revolta entre o clero, que seria uma das classes a incitar no povo brasileiro a ideia de independência. Ela fala que ainda não tinha visto nenhum padre no Brasil, até o dia da festa de São Miguel, em Recife, pois todos saem à rua nessa festa. Ela acredita que ainda não tinha visto nenhum membro do clero por conta de um edito que ordenava que eles ficassem dentro dos muros de seus conventos, a fim de evitar que espalhassem ideias incendiárias entre o povo a respeito de ruptura com Portugal. A narradora também já aproveita o comentário para reforçar a necessidade da independência, dizendo novamente que Portugal já não é mais capaz de governar ou proteger sua colônia:

Vimos alguns padres, também, pela primeira vez. Penso que o edito em que se determina que se conservem dentro dos muros dos respectivos conventos origina-se do fato de estarem eles entre os fomentadores do espírito de independência. A apropriação de tão grande parte da renda da igreja pela corte de Lisboa tornara-a evidentemente impopular entre o clero do país; não é difícil aos padres convencer o povo daquilo que é de fato verdade, isto é, que a remessa de tantos tesouros do país para sustentar Lisboa, que não pode agora nem governá-lo, nem protegê-lo, é um bom fundamento para queixas (Ibidem, p. 121).

Um episódio que também mostra a posição pró-independência de Maria Graham é a troca da guarda portuguesa pela brasileira no Palácio, no Rio de Janeiro. Ela presencia o momento em que sai um regimento e entra o outro, sob vivas da multidão que se apinhava na frente do Palácio. Ela apoia essa troca, apontando que naquela noite a cidade poderia finalmente dormir tran-

quila. A viajante conta que as tropas de Lisboa haviam se tornado um tormento para todos, tendo se comportado de maneira tirânica e brutal com relação a estrangeiros, negros e até mesmo aos próprios brasileiros. Também eram de uma arrogância insuportável para com o povo e até para com o Príncipe. Em nota de rodapé, ela inclusive comenta que o andar pesado da infantaria portuguesa havia lhe rendido o pejorativo apelido de *pé-de-chumbo*, o qual teria se generalizado a todos os que apoiassem Portugal naquele momento. Os portugueses, mais uma vez, perdiam terreno no Brasil e, ao que parece, com o apoio dos britânicos:

Ao voltarmos para o navio fomos detidos por algum tempo no Largo do Paço por uma grande massa de povo reunida para assistir à entrada da primeira guarda brasileira no Palácio, enquanto saía a guarda portuguesa em meio a grandes vivas da multidão. Ao chegarmos às escadarias onde devíamos embarcar encontramos o último grupo de um regimento e o primeiro de outro, que se transferiram para a Praia Grande, de modo que a cidade poderá dormir tranqüila esta noite. Os habitantes em geral, mas especialmente os comerciantes estrangeiros, estão bem satisfeitos por ver as tropas de Lisboa despedidas, porque por muito tempo foram tiranicamente brutais com os estrangeiros, com os negros e, não raramente, com os próprios brasileiros, e nas muitas semanas passadas a arrogância delas foi revoltante tanto com o Príncipe quanto com o povo (Ibidem, p. 206).

A “propaganda” de Graham para apoiar a ruptura com Portugal também aparece através de outras vozes. Ou seja, além do que a própria narradora diz a favor disso, ela também publica em seu diário os discursos de outras pessoas que tinham a mesma posição. No “dia do fico”, por exemplo, a narradora diz presenciar vários sinais de regozijo público. Como era de costume terminar os dias especiais no Teatro, assim o foi, e vários oradores se ofereceram para discursar sobre os acontecimentos do dia. Ela inclui em seu diário aquele que dizem ser o discurso mais aplaudido, proferido por Bernardo Carvalho, um desembargador que residia no Rio

de Janeiro. Ele apoia a atitude de Dom Pedro, vendo-a como um passo para a liberdade:

Agora é preciso só recomendar-vos a *União e Tranqüilidade!!!* Expressões realmente sublimes e que contêm toda a filosofia política. Sem *União* não poderemos ser fortes, sem força não poderemos determinar a *tranqüilidade*. Portugueses. Cidadãos. Tendes um Príncipe que vos fala com gentileza de suas próprias funções; que nos convida a unirmo-nos com ele em torno à Constituição, que vos recomenda aquela força moral que compreende a justiça e que se identifica com a razão, e que só ela pode completar a grande obra iniciada. Hoje quebrastes os laços que vos ameaçavam sufocar. Hoje assumis a verdadeira atitude de homens livres (Ibidem, p. 198).

Maria Graham parece se engajar na causa da nossa independência de tal maneira, que ela própria diz se emocionar com as manifestações de patriotismo dos brasileiros. Em maio de 1823, quando se forma a Assembleia Legislativa para o Império, ela estava presente na ocasião e, à noite, no teatro, o espetáculo apresenta uma surpresa para os brasileiros. Durante o show, de repente, um ator desfraldou a nova bandeira imperial com a inscrição *Independência ou Morte*. Segundo a narradora, todos ficaram de tal maneira extasiados que houve silêncio, e ela mesma diz ter começado os aplausos, o que foi seguido de uma explosão de emoção por parte do público:

Isto era completamente inesperado pela casa que, por um momento, pareceu cair eletrizada, em silêncio. Creio que fui eu que bati palmas em primeiro lugar, mas a explosão de sentimentos que rompeu de todos os cantos do teatro durou muito tempo. Não sei de coisa que seja tão dominadora como esta espécie de expressão unânime de profundo interesse de qualquer grande massa de homens. Comovi-me e, quando deveria estar acenando com meu lenço do camarote do camarero-mór da Casa Imperial, estava escondendo com ele minha face e chorando de todo coração (Ibidem, p. 276).

Tomando esses trechos do relato de Maria Graham como exemplo, podemos notar como ela se aproxima das causas que defende, levando-as literalmente para o

lado pessoal. Com isso, a narradora não só se aproxima ela própria dos acontecimentos, mas também fica mais perto de seus leitores, partilhando com eles não apenas aquilo que vê, mas também aquilo que sente.

MARIA GRAHAM AND THE BRITISH INFLUENCE IN BRAZIL OF THE CENTURY XIX

Abstract

This text intends to show how, in the nineteenth century, the British power towards Portugal and Brazil can be noticed on *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence There, During Part of the Years 1821, 1822, 1823*, which was written by the British author Maria Graham, telling her trip to South America during the years of 1821, 1822 and 1823. To carry out this analysis, first, I will show how this great British influence became so important, and next, I will present the author's positions within her diary that show traces of the presence of this British power in Brazil, specially regarding the process of Independence of this country.

Key words: Maria Graham. England. Independence of Brazil. Travel Literature.

REFERÊNCIAS

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora S/A, 1956.

Enviado em 04 de junho de 2008
Aprovado em 28 de agosto de 2008

